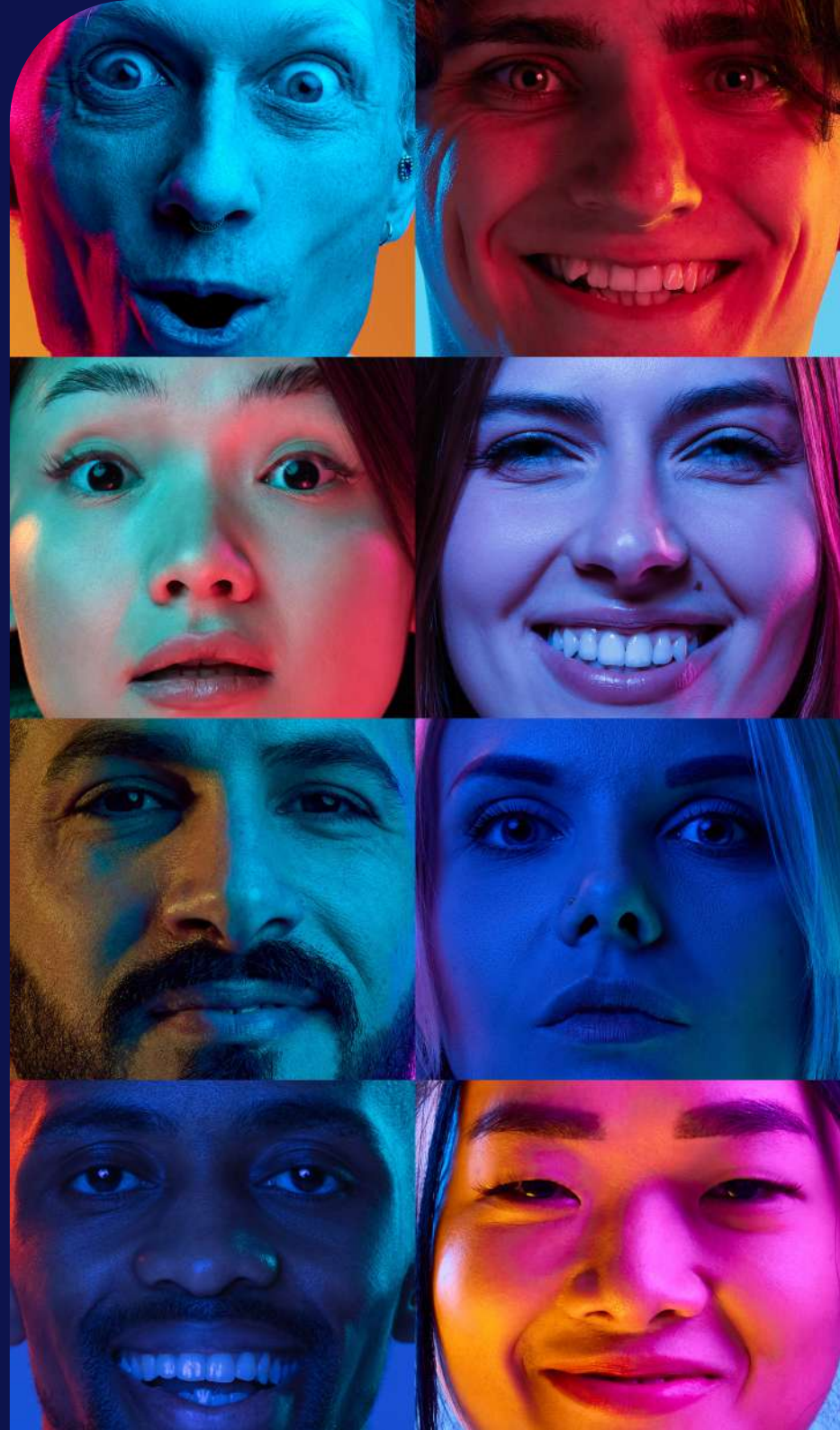


GRAN
FACULDADE

PÓS-GRADUAÇÃO

Pós-Graduação em
Direito Público
Lato Sensu





Sumário

Por que estudar com o método GRAN de ensino?	3
Conheça nossa metodologia.....	4
Coordenação pedagógica	5
Direito Público	6
Destaques do curso.....	6
Público-Alvo	7
Duração do curso	7
Matriz curricular	8
Conteúdo programático	9
FAQ do curso	13
Diferenciais tecnológicos	14
Gran Vantagens	15
Ingresso	16

POR QUE ESTUDAR COM O MÉTODO GRAN DE ENSINO?

Disciplinas produzidas em multiformatos, para proporcionar um estudo com mais agilidade, foco e rendimento.

Conteúdo útil para o mercado de trabalho, unindo a teoria à prática, de forma equilibrada, para você poder se desenvolver como um profissional completo e requisitado.

Equipe didática, com professores renomados que oferecem conteúdos alinhados às práticas de mercado, exatamente como você precisa para impulsionar sua carreira.

Plataforma de ensino que acelera o seu aprendizado, por meio de recursos intuitivos e ferramentas tecnológicas, para você estudar no seu ritmo, a qualquer hora e em qualquer lugar, mesmo sem internet.

Certificado emitido por uma instituição reconhecida com nota máxima no MEC.

Valores que cabem no seu bolso, para você estudar o que quer, não o que dá.

Ferramentas de inclusão e acessibilidade para que pessoas que possuam alguma necessidade especial tenham a oportunidade de cursar uma pós-graduação EaD.

EdTech que você já conhece e que é referência em ensino e tecnologia, recomendada por mais de 2 milhões de alunos.

Início imediato após a matrícula e flexibilidade para organizar o próprio calendário, as avaliações podem ser realizadas conforme a disponibilidade e o progresso, proporcionando uma experiência de aprendizagem personalizada.

CONHEÇA NOSSA

METODOLOGIA

Cursos 100% EaD compostos por três módulos, liberados progressivamente a cada 60 dias.

Avaliação feita por disciplina no sistema de provas da Gran Faculdade, com sistema de notas em valores numéricos, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se aprovado aquele que alcançar a nota mínima de 70 (setenta) pontos.

Disciplinas multiformatos, com videoaulas, aulas interativas ao vivo, slides e artigos acadêmicos.

Trabalho de Conclusão de Curso opcional, conforme Resolução CNE/ CES n. 01, de 06 de abril de 2018.



COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA



Gustavo Scatolino Silva
Coordenador

Atualmente é procurador da Fazenda Nacional. Bacharel em Direito e pós-graduado em Direito Administrativo e Processo Administrativo. Ex-assessor de ministro do STJ. Aprovado em vários concursos públicos, dentre eles, para os cargos de analista judiciário do STJ, exercendo essa função durante cinco anos, e procurador do estado do Espírito Santo.

DIREITO PÚBLICO



Este curso é estruturado em disciplinas voltadas ao domínio de todo o direito público, partindo-se da premissa de capacitar o profissional para transitar com habilidade e segurança em sua atuação, inclusive no que tange ao cenário de incertezas jurídicas e políticas. O conteúdo das disciplinas é pautado na interdisciplinaridade e na interconexão de temas em cada uma das áreas do direito público, preparando o aluno para os desafios vivenciados com as modificações recentes na legislação e na multiplicidade de decisões judiciais impactantes, oriundas especialmente do STF e do STJ.

DESTAQUES DO CURSO

Capacitar os profissionais que busquem se aperfeiçoar na área do direito público

Incentivar a melhor compreensão do papel de cada um dos Poderes, podendo, a partir daí, formar a opinião própria e de terceiros de modo adequado e com a isenção desejada.

Habilitar o interessado para utilizar esse conhecimento na resolução prática de problemas reais que surgirão no exercício profissional.

Desenvolver competências que habilitem o profissional a posicionar-se com a lei em face de situações concretas envolvendo o administrado e o Estado.



PÚBLICO-ALVO

Profissionais da área do Direito, bacharéis, licenciados e tecnólogos de outras áreas do conhecimento que tenham interesse em adquirir conhecimentos requeridos pela Administração Pública.

DURAÇÃO DO CURSO

O curso de Direito Público tem duração de seis (6) a doze (12) meses. Ofertado na modalidade EaD com o uso das melhores tecnologias do mercado das *EdTechs*.

MATRIZ CURRICULAR

	Unidade Curricular	Carga Horária
01	Seguridade Social	40 h
02	Teoria Geral do Direito Ambiental	30 h
03	Direito Administrativo	45 h
04	Teoria Geral do Processo Coletivo I	25 h
05	Teoria Geral do Processo Coletivo II	35 h
06	Direito Penal - Parte Geral	35 h
07	Direitos Humanos	30 h
08	Direito Tributário	43 h
09	Direito Premial I (Acordos de Não Persecução, delação e colaboração Premiada)	10 h
10	Direito Constitucional	47 h
11	Direito Processual Penal	30 h
TOTAL DAS DISCIPLINAS		370 h/a
Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)		40 h/a
TOTAL DO CURSO		410 h/a

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdo Programático do Curso	
Disciplina	Conteúdo
SEGURIDADE SOCIAL	Evolução histórica da proteção social. A seguridade social na Constituição Federal de 1988. Princípios constitucionais. Estrutura e organização da seguridade social: saúde. Assistência Social e Previdência Social. Regimes de Previdência. RGPS. Beneficiários do RGPS. Qualidade de segurado. Comprovação e manutenção da qualidade de segurado. Carência para fins de concessão dos benefícios no RGPS. Cálculo da renda mensal inicial. Benefícios em espécie. Revisões de benefícios previdenciários. Custeio da seguridade. Regime Próprio de Previdência Social. Previdência Complementar. Contexto atual da proteção social. Reforma da Previdência: EC n. 103/2019. Crimes contra a Previdência.
TEORIA GERAL DO DIREITO AMBIENTAL	Direito ambiental e direitos humanos. Evolução da legislação ambiental: diagnósticos e perspectivas. Instrumentos de proteção ambiental. Da proteção ao meio ambiente enquanto interesse transindividual. Papel do Estado na proteção dos bens ambientais nas esferas cível, administrativa e penal. Meio ambiente e Política de Desenvolvimento Urbano. Jurisprudência na área ambiental.
DIREITO ADMINISTRATIVO	Introdução ao Direito Administrativo. Princípios administrativos. Organização administrativa. Ato administrativo. Poderes administrativos. Agentes públicos. Licitação. Contratos administrativos. Serviços públicos. Improbidade administrativa. Responsabilidade civil do Estado. Intervenção do Estado na propriedade. Bens públicos. Controle administrativo.
TEORIA GERAL DO PROCESSO COLETIVO I	Processo constitucional: Constituição e processo. Teoria geral do processo constitucional. Princípios constitucionais no estado democrático de direito. Normas fundamentais processuais. Conceitos. Principiologia do Direito Processual Constitucional.

**TEORIA GERAL DO PROCESSO
COLETIVO I**

Instrumentos constitucionais/processuais. Instrumentos constitucionais de garantia dos Direitos Fundamentais. Jurisdição constitucional das liberdades. Processualística recursal constitucional: recursos ordinário, especial e extraordinário perspectivas do Direito Processual Constitucional. Precedentes jurisdicionais. A tutela coletiva de direitos no sistema processual brasileiro. Fundamentos e princípios constitucionais do processo coletivo. Ações Constitucionais coletivas típicas: ação civil pública. Ação popular. Mandado de segurança – individual e coletivo. Perspectivas do Direito Processual Constitucional. Precedentes jurisdicionais.

**TEORIA GERAL DO PROCESSO
COLETIVO II**

Processo constitucional: Constituição e processo. Teoria geral do processo constitucional. Princípios constitucionais no estado democrático de direito. Normas fundamentais processuais. Conceitos. Principiologia do Direito Processual Constitucional. Instrumentos constitucionais/processuais. Instrumentos constitucionais de garantia dos direitos fundamentais. Jurisdição constitucional das liberdades. Processualística Recursal constitucional: recursos ordinário, especial e extraordinário perspectivas do Direito Processual Constitucional. Precedentes jurisdicionais. A tutela coletiva de direitos no sistema processual brasileiro. Fundamentos e princípios constitucionais do processo coletivo. Ações constitucionais coletivas típicas: ação civil pública. Ação popular. Mandado de segurança – individual e coletivo. Perspectivas do Direito Processual Constitucional. Precedentes jurisdicionais.

DIREITO PENAL – PARTE GERAL

Teorias do crime. Teoria da norma. Teoria do fato típico: destaque para conduta, dolo, culpa, omissão, nexos causal, iter criminis. Destaque: responsabilidade por omissão do compliance officer. Erros. Concurso de pessoas. Ilícitude. Culpabilidade. Teorias e dosimetria da pena. Principais crimes contra a fé pública. Principais crimes contra a administração pública. Principais crimes da Lei n. 8.666/1993. Principais crimes da Lei n. 8.137/1990.

DIREITOS HUMANOS

Teoria geral dos direitos humanos: conceito; terminologia; eficácia vertical e eficácia horizontal; características; gerações de direitos. Afirmação histórica dos direitos humanos. Direitos humanos e responsabilidade do Estado. Direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro e na Constituição Federal de 1988. Natureza jurídica dos tratados internacionais de direitos humanos.

DIREITOS HUMANOS

Controle de convencionalidade. Interpretação e aplicação dos tratados internacionais de proteção aos direitos humanos. Sistemas de proteção dos direitos humanos. Sistema global de proteção aos direitos humanos. Sistema interamericano de proteção aos direitos humanos. Declaração Universal dos Direitos Humanos (Resolução n. 217A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948). Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (Decreto n. 40, de 15 de fevereiro de 1991). Lei n. 13.060/2014. Resolução da ONU n. 34/169 de 1979 – Código de Conduta para Policiais. Manual de Formação em Direitos Humanos para as Forças Policiais da ONU. Pacto de São José da Costa Rica. Violência e criminalidade. Segurança pública, ética e cidadania. Políticas públicas e gestão em segurança pública.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Sistema tributário Nacional. A relação jurídico tributária. Espécies tributárias. Limitações constitucionais ao poder de tributar (princípios e imunidades). Competência tributária. Repartição da receita tributária. Espécies tributárias: taxa, contribuições de melhoria e empréstimo compulsório, impostos em espécies e contribuições sociais. Legislação tributária: fontes do Direito Tributário: fontes formais e fontes materiais. A vigência da legislação tributária. A aplicação da legislação tributária. Interpretação e integração da legislação tributária. Obrigação tributária: conceito e natureza. Obrigação principal e acessória. Fato gerador: conceito e desdobramentos. Fato gerador da obrigação principal e da obrigação acessória. Sujeito ativo da obrigação principal. Sujeito passivo da obrigação principal. Solidariedade tributária. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Crédito tributário: lançamento. Espécies de lançamento. Decadência e prescrição. Crédito tributário: conceito e desdobramentos. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Garantias e privilégios do crédito tributário. A administração tributária: as atividades de arrecadação, fiscalização e tributação. A cobrança amigável. A Dívida Ativa. A cobrança judicial. As certidões negativas.

DIREITO PREMIAL (ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO, DELAÇÃO E COLABORAÇÃO PREMIADA)

Conceito e origem do Direito Premial. Direito Comparado. Acordos de não persecução criminal, delação e colaboração premiada (histórico, natureza jurídica, capacidade postulatória, requisitos, contrapartidas, direitos e deveres do colaborador, direitos e deveres de quem postula).

<p>DIREITO PREMIAL (ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO, DELAÇÃO E COLABORAÇÃO PREMIADA)</p>	<p>Negociação. Teoria dos jogos. Princípios. Regras de corroboração. Parâmetros e alcance da negociação. Encontro fortuito de provas. Teoria do juiz aparente. Compartilhamento de elementos. Competência e prerrogativa de foro. Homologação judicial. Descumprimento do acordo e seus efeitos. Acordos de leniência. Plea Bargain. Estudo de casos. Jurisprudência.</p>
<p>DIREITO CONSTITUCIONAL</p>	<p>Teoria da Constituição. Conceito, classificação (tipologia) e elementos. Poder constituinte (espécies e limites). Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. Hermenêutica constitucional. Métodos e princípios de interpretação. Regras, princípios e postulados constitucionais. Hierarquia das normas e supremacia da Constituição. História constitucional brasileira. Constituição Federal de 1988. Estrutura. Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado. Organização dos Poderes. Defesa do Estado e das instituições democráticas. Ordem econômica e financeira. Ordem social. Controle de constitucionalidade, de convencionalidade e de legalidade. Jurisprudência do STF e do STJ. Jurisdição constitucional.</p>
<p>DIREITO PROCESSUAL PENAL</p>	<p>Constitucionalização do Direito Processual Penal. Sistemas processuais penais. Persecução penal inquisitorial: o inquérito policial e as demais formas de investigação criminal. Inquérito policial e a moderna doutrina processualista: (in) dispensabilidade do inquérito. A função de filtro processual. Ministério Público e inquérito. Persecutio criminis in iudicio: direito público subjetivo de ação. A (in)existência de lide no processo penal. Procedimentos: da distinção entre processo e procedimento. Espécies de procedimento. O papel do juiz no rito. Poderes instrutórios e limites. Prisões: a prisão provisória como exceção teórica e regra prática no processo penal. Espécies de prisão provisória: prisão em flagrante, prisão preventiva e prisão temporária: limites e constitucionalidade. Provas: ônus probatório e princípio da presunção da não culpabilidade. Teoria da limitação das provas ilícitas: ilegalidade, ilicitude e ilegitimidade. Ilcitude por derivação. Teorias correlatas: teoria da mancha purgada, teoria da fonte independente, teoria da descoberta inevitável, teoria do risco e teoria da exceção da boa-fé: o Direito Processual Penal brasileiro e a inspiração da Suprema Corte dos Estados Unidos. Sentença penal: congruência no processo penal. Emendatio e mutatio libelli. Sentença suicida e autofágica. Inovações no processo penal: Lei Anticrime e Lei de Abuso de Autoridade.</p>

FAQ DO CURSO

O curso de pós-graduação em Direito Público é EaD?

Sim. Nosso curso é EaD, com aulas, materiais de apoio e avaliações disponibilizadas no nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

O curso de pós-graduação em Direito Público é um curso *lato sensu*. O que isso significa?

As pós-graduações *lato sensu* compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (*Master Business Administration*). Com duração mínima de 360 horas, ao final do curso, o aluno obterá certificado. Ademais, são abertos a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino.

Preciso realizar Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)?

A realização de TCC é opcional, conforme Resolução CNE/CES n. 01, de 06 de abril de 2018.

O curso de Pós-Graduação em Direito Público é autorizado pelo MEC?

Sim. Todos os cursos do Gran Centro Universitário são autorizados pelo Ministério da Educação (MEC).

É possível aproveitar unidades curriculares cursadas anteriormente?

Sim, você pode aproveitar unidades curriculares de disciplinas cursadas ou em curso na pós-graduação da Gran Faculdade. Para isso, é necessário ter obtido aprovação na disciplina que deseja aproveitar e ter finalizado o módulo que a contempla.

O curso conta com calendário de atividades e avaliações?

Sim. O calendário de programações, com as respectivas datas previstas, está disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

DIFERENCIAIS TECNOLÓGICOS

Videoaulas, aulas interativas, artigos acadêmicos, audioaulas e muito mais para você estudar do seu jeito, no seu próprio ritmo.

Secretaria Acadêmica Virtual: o atendimento à distância de um clique.

Ambiente Virtual de Aprendizagem inovador para estudar de onde e quando quiser, por computador, *tablet*, TV, celular.

Download de materiais para estudo *offline*. Assim você estuda até mesmo nos seus momentos *off*.

App compatível com iOS e Android para você estudar sem distrações.

Player de videoaulas similar ao do YouTube, com legendas, tela escura, anotações e muito mais.

Resumo e Transcrição da Aula: com um clique tenha o resumo e transcrição da aula estudada.

GRAN VANTAGENS

No Gran Vantagens, sua matrícula é apenas o começo de uma jornada cheia de privilégios que acompanham sua rotina dentro e fora da faculdade. Ao se tornar nosso aluno, você ganha acesso imediato a um ecossistema completo de benefícios, que inclui desde o uso gratuito de ferramentas de tecnologia e inteligência artificial até o apoio de plataformas profissionais e cursos livres.

A melhor parte? O benefício financeiro é real e imediato. Somando todos os descontos e acessos exclusivos em serviços de lazer, educação e bem-estar, você pode economizar até R\$ 3.000,00, um valor que pode superar o custo da sua matrícula. Isso significa que, ao escolher a Gran Faculdade, você não está apenas contratando um curso, mas fazendo um investimento inteligente em que a economia gerada paga o seu conhecimento. Matricule-se e veja o seu investimento retornar para o seu bolso todos os meses!

DESTAQUES:

Tenha condições especiais para adquirir dispositivos eletrônicos e acesso a softwares de design e edição. Estude com as melhores ferramentas com valores reduzidos;

Potencialize seus estudos com acesso às ferramentas de Inteligência Artificial, garantindo mais agilidade no seu aprendizado;

Domine o mercado com acesso gratuito à plataformas de análise de dados e à certificações profissionais. A sua formação técnica garantida sem custos adicionais;

Aproveite os descontos exclusivos nas maiores plataformas de streaming de música e vídeo do mercado.



INGRESSO

A pós-graduação evoluiu, e o seu jeito de estudar também! Ter você com a gente nesta jornada de aprendizagem será sensacional.

Comece hoje sua pós-graduação e venha conosco revolucionar a educação no Brasil!

Você a poucos



passos de muitos

futuros

gran.com.br

